

TECNICISMO E TEORIA DO CAPITAL HUMANO: AS FACES DAS TEORIAS DA EDUCAÇÃO A FAVOR DO CAPITAL.

Jociene Araujo Lima ¹

RESUMO

Este trabalho consiste na análise do papel desempenhado pela educação nas principais abordagens teóricas educacionais desenvolvidas entre os anos 1970 e 1990, em particular, a Teoria do Capital Humano (TCH) e Tecnicismo. Abordaremos criticamente as concepções pedagógicas da educação nesse período, associando essas concepções à economia capitalista e às demandas e exigências das agências multilaterais para a manutenção da sociabilidade do capital. É enfatizada a importância de uma análise crítica das diferentes facetas dessas teorias em favor do capital. A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica fundamentada nos escritos de Mészáros (2011) e Frigotto (2010), que abordam a influência da Crise Estrutural do Capital no desenvolvimento da TCH e suas implicações. Também foram considerados os trabalhos de Saviani (2011) e Gentili e Silva (1996) no que tange à relação entre a TCH e sua defesa de uma concepção de educação como instrumento de adaptação e dominação da classe trabalhadora. Concluímos que essas teorias educacionais têm contribuído para a perpetuação do sistema capitalista, atribuindo à educação a função de servir aos interesses econômicos de acumulação e manutenção do status quo, sendo influenciada pelos padrões do mercado capital, adaptando-se aos seus princípios de produtividade e competição, os quais mantêm o indivíduo conformado com o sistema capitalista atual.

Palavras-chave: Teoria do Capital Humano, Tecnicismo, Capital, Crise Estrutural do Capital.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Lukács (1979), a educação é um fenômeno amplo e essencial para fomentar a assimilação, por parte dos indivíduos, das manifestações que constituem a essência humana. Isso não se restringe apenas à totalidade da sociedade, mas está intrinsecamente ligado às demandas específicas da sociedade dividida em classes. No entanto, a forma de educação que se apresenta na sociedade capitalista atual está distante dessa ideia ou propósito, a educação tem sido estabelecida através das teorias educacionais capitalistas, como uma esfera responsável pela solução de todos os problemas de ordem social enfrentados pela humanidade.

Alves (2004) argumenta que as diversas teorias educacionais "esquecem" da determinação social real para o ato de educar, resultando na defesa de teorias que veem a educação como um instrumento de adaptação dos indivíduos ao sistema econômico

¹ Mestre Em Educação e Ensino, Pelo Mestrado Intermacampi Em Educação E Ensino -MAIE, na Universidade Estadual Do Ceará - UECE, jocienelima1@email.com;

vigente. Com o atual sistema capitalista que subjuga tudo e se adapta a seus interesses de acumulação, a educação ou o ato de ensinar não ficou de fora. As últimas teorias defendidas desde 1960 utilizaram a educação como uma esfera para manter o controle e o poder do Capital sobre a sociedade, principalmente alienando a classe trabalhadora.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo compreender como a relação entre a economia capitalista e as teorias educacionais que dominaram o mundo entre o final dos anos 1970 e a década de 1990 se dá. Abordaremos criticamente as concepções pedagógicas da educação nesse período, associando essas concepções à economia capitalista e às demandas e exigências das agências multilaterais para a manutenção da sociabilidade do capital. Esta pesquisa foi desenvolvida em meio as discussões da disciplina teoria educacionais, ofertada no mestrado Acadêmico em Educação.

2 METODOLOGIA

Considerando a importância central do trabalho como categoria essencial da existência histórica e social, ontologicamente distinta da natureza, e a relação entre o trabalho e outros complexos sociais, a pesquisa mencionada terá como base a ontologia marxiana, com o objetivo de compreender a barbárie social que tem causado um aumento sem precedentes em atos desumanos, tanto objetivamente quanto subjetivamente.

Assim, num esforço para compreender a essência do objeto de estudo, a pesquisa tem um enfoque bibliográfico, procurando analisar o contexto da Crise Estrutural do Capital e o papel desempenhado pela educação nas três principais correntes teóricas de educação desenvolvidas entre os anos 1970 e 1990, dando ênfase a uma análise crítica dos aspectos dessas teorias que favorecem o capital. A pesquisa está dividida em dois momentos: no primeiro foi pontuado o contexto de Crise Estrutural do Capital escrito por Mézáros (2011) e sua influência sobre a educação. No segundo momento iremos analisar as concepções pedagógicas que se tornaram hegemônicas entre os anos 1970 e o final de 1990, que foi a Teoria do Capital Humano, e o Tecnicismo, abordando o papel e finalidade que essas teorias educacionais, têm designado para a educação através diretrizes multilaterais.

3 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A EDUCAÇÃO NO NEOLIBERALISMO.

Segundo Mészáros (2011), a partir de 1970, ocorreu o início de uma nova fase no sistema econômico capitalista: a crise estrutural do capital, que ampliou as diferenças entre capital e trabalho. Para este autor, essa crise pode ser entendida como uma crise universal de base econômica, mas que não se limita a essa esfera, mas sim afeta todas as esferas sociais atualmente. Além disso, Mészáros (2011) argumenta que essa crise estrutural do capital não afetou apenas um grupo específico de países economicamente, como ocorreu na Grande Depressão em 1930. Pelo contrário, a crise estrutural do capital atingiu a humanidade como um todo, devido ao desenvolvimento global expansivo que o capitalismo alcançou durante essa década histórica.

De acordo com Mészáros (2007), ao contrário das crises cíclicas, que são periódicas e resolvidas dentro de uma determinada estrutura política, a crise estrutural do capital afeta a própria estrutura política em sua totalidade. Essa crise também impacta "a totalidade de um complexo social em todas as suas relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, aos quais está articulada" (p. 357).

Assim, a crise estrutural se destaca por afetar não apenas algumas partes do complexo social em questão, mas sim todas elas. Mészáros (2007) define como principais características dessa crise: i) seu caráter universal. Ou seja, ela não impacta apenas uma esfera da produção ou do trabalho, mas várias esferas sociais como o meio ambiente, a saúde, a economia e a educação. ii) O caráter global é algo intrínseco a essa crise, pois ela afeta todos os países de maneira irrestrita. iii) Ao contrário das crises cíclicas, essa crise estrutural do capital é contínua e permanente, ou seja, arrasta-se sem solução por um longo período de tempo. iv) A forma como ela se desenvolve é lenta e gradual, em contraste com os colapsos surpreendentes e dramáticos do passado.

Nesse contexto, a crise estrutural do capital intensificou a violência humana. Após um período de crescimento, a crise estrutural do capital marcou um momento em que as taxas de lucro e acumulação capitalista caíram drasticamente, levando o sistema capitalista a iniciar um processo de reestruturação com base na sua própria lógica ideológica. Isso envolveu estratégias como a defesa da quebra de monopólios e a privatização de empresas estatais, além da defesa, por meio de instrumentos ideológicos, de cortes nos investimentos públicos, especialmente nas políticas sociais, como saúde e educação. Dessa forma, o neoliberalismo foi estabelecido como ideologia política e ideológica para manter o capital nos países periféricos. (Freres, Jimenez, Mendes Segundo, 2011, p.3).

Nesse sentido, diante do contexto de reestruturação do capital e na busca por recuperar suas taxas de lucro, o capital adota uma abordagem cada vez mais destrutiva, baseada na intensificação da exploração da força de trabalho. Além disso, essa crise não apenas se caracteriza pelo seu impacto devastador e pelo empobrecimento da força de trabalho, mas também amplia o esgotamento dos recursos naturais, colocando a humanidade em perigo iminente (Freres, Jimenez, Mendes Segundo, 2011). Portanto, podemos observar que a destruição causada pela crise estrutural do capital afeta todas as esferas da vida humana, tanto do ponto de vista econômico e do trabalho quanto no âmbito social, levando a humanidade à beira da destruição em curso.

Conforme as circunstâncias, Mézáros (2011) ressalta o cada vez maior processo de subordinação do trabalho ao capital, no qual o capital tem obtido êxito por meio de seus parceiros e discursos, na destruição das forças produtivas, ao mesmo tempo em que exerce poder e controle, direta e indiretamente, sobre a classe trabalhadora. Nesse contexto, é importante entender que a crise estrutural do capital vai além de uma mera crise econômica, vinculada à esfera da produção, tornando-se um problema ainda mais desafiador de solucionar, como bem destacado por Frigotto (2010), essa crise estrutural representa uma "crise geral no processo civilizatório, manifestada de um lado pelo colapso do socialismo real e, de outro, pelo esgotamento do mais longo e bem-sucedido período de acumulação capitalista" (Frigotto, 2010, p. 65).

Se estabelecendo assim, diante da crise estrutural do capital, o fortalecimento do neoliberalismo, resultando em um cenário onde a política conciliadora entre trabalho e capital desaparecerá. Mesmo depois do liberalismo social, que se estabeleceu como essencial, nos anos de 1930, a crise estrutural do capital, após o declínio das taxas de lucros e bloqueios econômico, fez necessário a adoção de medidas urgentes para o capitalismo, entre elas tivemos a consolidação de prescrições neoliberal que visam um conjunto de ataque a classe trabalhadora em todo o globo, onde destes ataques e prescrições temos o interesse do estabelecimento de um plano ideológico para a classe trabalhadora.

4 TEORIA DO CAPITAL HUMANO, E O TECNICISMO: A EDUCAÇÃO EM FAVOR DO CAPITAL.

Dentro do plano ideológico, buscam-se superar ou administrar os efeitos devastadores da crise estrutural do capital na acumulação capitalista, investindo na

valorização da mercantilização e na geração de mais valor em esferas anteriormente consideradas inúteis ou não rentáveis, como é o caso da educação.

Nessas circunstâncias, a educação ganha destaque diante das transformações ocorridas no contexto de crise estrutural do capital, no campo material e nas relações sociais de produção. Surgiram diversas teorias e concepções pedagógicas hegemônicas entre os anos 1970 e o final da década de 1990. Essas concepções educacionais têm sido baseadas na defesa da flexibilidade da educação e no desenvolvimento de competências e habilidades para a formação humana em tempos de crise do capital.

A educação agora passa a se encaixar nos moldes das exigências da crise estrutural do capital, que demanda para a educação a responsabilidade de formar mão de obra conformada e qualificada para atuar no mercado visando apenas sua acumulação do capital. Saviani (2007, p. 22), reforça isso ao afirmar que na década de 1970, em meio à crise, começou a vingar uma “concepção produtivista de educação” que domina o panorama educativo da segunda metade do século XX”. Neste momento, a educação deveria ter como objetivo principal aprimorar a produtividade, com ênfase na capacitação da mão de obra. É no currículo escolar que se concentra a atividade educativa.

Nesse contexto, surgem as principais teorias da educação que defendem a educação como uma ferramenta ideológica indispensável na relação entre trabalho e capital. Entre essas teorias, destaca-se a TCH, que se mantém como uma das principais concepções educacionais até os dias de hoje. Essa teoria teve origem em torno do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, através do curso "Economia da Educação" ministrado pelo professor Theodore W. Schultz. A ideia central dessa teoria é que o ser humano, quando devidamente qualificado através da educação, se torna um dos principais instrumentos para aumentar a produtividade econômica, ou seja, é o motor principal para impulsionar a acumulação capitalista.

Theodore W. Schultz, A justificação desta afirmação destaca que, após a Segunda Guerra Mundial, países ricos como o Japão enfrentaram grandes crises financeiras e conseguiram se recuperar economicamente investindo em qualificação humana e no crescimento do mercado. O Japão não é apenas um exemplo disso, o autor menciona diversos países que alcançaram um alto crescimento econômico através da educação e do treinamento voltados para a capacitação profissional. Schultz afirma que "ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar suas opções de escolha. Essa é uma das maneiras pelas quais os indivíduos livres podem aumentar seu bem-estar" (1971, p.33).

A partir dessa lógica, a educação passou a ser vista como um meio para impulsionar o desenvolvimento econômico, levando o capital a disseminar a ideia de que a educação é essencial para superar todas as dificuldades sociais, incluindo as econômicas. Assim, partindo do pressuposto que ao se educar para o mercado, o indivíduo estaria investindo em si próprio e estaria investindo também no aumento da economia. Assim, diante da grande utilidade para a acumulação capitalista, THC, gerado pela a educação, passou a ser prioridade, centrando na educação um modelo de ensino que priorizasse a concepção tecnicista e fomento a formação do indivíduo para o mercado de trabalho.

Partindo da premissa de que, ao buscar formação para o mercado, o indivíduo estará investindo em si mesmo e também contribuindo para o crescimento econômico, o THC (Teoria do Homem para o Capital) tornou-se prioritário. Essa abordagem educacional busca priorizar o ensino com uma concepção técnica e promover a formação do indivíduo para o mercado de trabalho.

Nessa nova teoria, o ensino está voltado para a ideia de o indivíduo adquirir habilidades, competências e aptidões pessoais por meio da escola, que se torna a única fonte capaz de oferecer tais qualificações. Essas habilidades adquiridas ajudarão o indivíduo a melhorar sua renda, sendo também determinantes para seu desempenho no mercado de trabalho.

Neste contexto, percebemos que a estratégia capitalista, por meio do discurso ideológico desta teoria, visa transferir os problemas sociais para a esfera individual. O emprego, o desemprego, o desempenho profissional e a competição no mercado são apresentados como questões individuais, transformando a educação em uma esfera de valor econômico, responsável por solucionar esses problemas.

Frigotto (1993) afirma que a Teoria do Capital Humano é fundamental para compreender o papel que a educação tem desempenhado até os dias atuais. A partir desse contexto histórico, a educação passa a ser definida pelos critérios do mercado, e seu único propósito é adaptar o indivíduo às demandas de produção e desenvolvimento econômico, contribuindo para o capital humano. "Assim como na sociedade capitalista, os produtos do trabalho humano são produzidos não por sua "utilidade", mas em função da troca, o que interessa é a perspectiva de mercado" (Frigotto, 1993, p.67).

Gentili e Silva (1996), afirmam que o objetivo da educação neoliberal é "atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho" (p. 12). Dito isso, a educação passa a atender às demandas de mão de obra barata

voltadas à produção, tornando a escola uma instituição que promove ideias, prerrogativas e valorização de uma ideologia neoliberal a fim de manter o sistema econômico atual. Nesse sentido, a educação não apenas tem a função de capacitar o indivíduo para executar seu trabalho de forma mais eficiente, mas também o prepara para se ajustar e se adaptar ao sistema imposto.

A TCH se apresenta exatamente nessa perspectiva, pois ela encobre a desigualdade social e econômica existente, tornando-se muito útil na tarefa de disfarçar a realidade e manter a classe trabalhadora alheia às injustiças, fazendo-a acreditar que a única forma de alcançar pleno desenvolvimento é por meio do investimento no capital humano, quando na verdade essa teoria oculta e transfere a responsabilidade pela terrível realidade atual, gerada pelo próprio sistema capitalista de acumulação, para a educação. Sendo assim, “uma das funções efetivas da TCH reside não enquanto revela, mas enquanto esconde a verdadeira natureza dos fenômenos” (Frigotto, 1993, p. 53).

A ocultação da verdadeira natureza dos fenômenos econômicos, tem tornado a educação, um mero instrumento ideológico e alienante da classe trabalhadora, além de ferramenta essencial na manutenção do consenso e do sistema produtivo do capital. (Silva 2010, apud Mészáros, 1995) afirma que:

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (p.45).

Através dessa conformidade e consenso do indivíduo, o capital não apenas consegue manter sua acumulação, como também camuflar a realidade de que detém o poder, ao mesmo tempo em que se isenta da responsabilidade de solucionar os problemas sociais existentes. Enquanto isso, os verdadeiros desafios, que requerem a superação deste sistema, são deixados de lado.

Também é importante ressaltar que a Teoria do Capital Humano exerce grande influência, assim como é influenciada, na concepção de educação tecnicista. Conforme definido por Libâneo, essa é uma das principais tendências e teorias educacionais brasileiras, onde a ênfase recai sobre a técnica e a organização do ensino, pressupondo o progresso econômico. Nessa perspectiva, o investimento destinado à educação deve ser avaliado a partir do retorno que trará ao capitalismo. Nessa perspectiva a teoria do capital humano, alinha-se a teoria tecnicista, sempre levando em consideração a formação do indivíduo para pleno emprego, para o mercado de trabalho e para acumulação capitalista.

Além disso, o tecnicismo coloca a responsabilidade pela ascensão social totalmente nas mãos do indivíduo, defendendo que a educação deve se moldar ao processo de reestruturação produtiva. Com a crise estrutural do capital, essa reestruturação exigiu dos trabalhadores que o conhecimento escolar esteja alinhado com as demandas do processo produtivo e as orientações das políticas neoliberais. Dessa forma, a reestruturação do capitalismo no mundo do trabalho, em meio à crise capitalista, reformulou os sistemas de organização das empresas, introduzindo o Toyotismo, que se destaca pela busca pela qualidade total e outras técnicas de gestão (Antunes, 2009).

O sistema de produção da Toyota enfatizou a operacionalização da produção por meio da estruturação e controle do trabalho. Uma diferença em relação ao modelo taylorista/fordista é a busca por uma abordagem profissional, visando reduzir custos desnecessários e otimizar o tempo de produção. Nesse cenário, conceitos como habilidades, excelência e estímulo, que são partes integrantes do sistema de produção da Toyota, também se tornaram termos essenciais no campo da educação, tal como a teoria tecnicista, que há muitos anos tem sido a base ideológica do sistema educacional.

O ensino tecnicista se fundamenta na defesa das técnicas e argumenta que o indivíduo, por meio desse modelo educacional, deve adquirir certos valores essenciais para uma maior produtividade, como a ideia de organização, respeito à hierarquia, disciplina, entre outros (Frigotto, 1993, p. 46). De acordo com Acácia (1997), essa concepção de educação, centrada no ensino de valores, tem um objetivo muito claro: preparar a classe trabalhadora para se adequar, para desempenhar funções de baixa rentabilidade no sistema de produção.

Nesse sentido, Frigotto (1993) afirma que a escola, por sua própria incapacidade, torna-se um aliado do capitalismo na manutenção das desigualdades sociais, conforme ele explica:

Sua improdutividade, dentro das relações capitalistas de produção, torna-se produtiva na medida em que a escola é desqualificada para a classe dominada, para os filhos dos trabalhadores, ela cumpre, ao mesmo tempo, uma dupla função na reprodução das relações capitalistas de produção: justifica a situação de explorados e, ao impedir o acesso ao saber elaborado, limita a classe trabalhadora na sua luta contra o capital (p. 224).

A ineficácia da escola é o resultado dessas teorias que ao longo dos anos vêm sendo impostas à educação, as quais têm mistificado e controlado a maneira como a educação é oferecida à classe trabalhadora, atribuindo-lhe a função de atender às

demandas impostas pelo capital, oferecendo um ensino produtivo e utilitário para o capital.

Contudo, é importante ressaltar que essas teorias aqui mencionadas, a teoria TCH e a teoria tecnicista, passaram a ter outro significado a partir da década de 1990, ao focar de maneira mais ampla nessa concepção produtivista da educação. Com a consolidação da crise estrutural do capital, agora em 1990, muito mais maduro, o modelo de educação atual não se concentra apenas na qualificação para o emprego, mas agora deve garantir o status de empregabilidade, impondo ao indivíduo o compromisso de ser competitivo no mercado de trabalho. Segundo Saviani (2011):

A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo. (Savianni, 2011, p. 430).

Em outras palavras, é fundamental que haja competição no mercado de trabalho e o sistema capitalista consegue se manter mesmo com um grande número de pessoas altamente educadas fora do mercado. Em 1990, surge uma teoria educacional que se baseia no tecnicismo, mas segue os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade. O neotecnicismo é uma teoria educacional que surge com base no neoliberalismo, em um contexto onde o papel do Estado na educação está sendo redefinido e há maior participação do setor privado e organizações não governamentais na definição das diretrizes educacionais.

Saviani (2011) defende que essa teoria apresenta uma nítida diferença entre o tecnicismo dos anos 1970 e o neotecnicismo dos anos 1990. Na última abordagem educacional mencionada, o foco deixa de ser o processo e passa a ser os resultados. Agora, cabe ao Estado, por meio de suas agências reguladoras, a responsabilidade de avaliar os resultados obtidos na área da educação. Saviani (2011) ainda alega que o neotecnicismo está presente alimentando a busca pela "qualidade total" na educação e a disseminação da "pedagogia corporativa" (Saviani, 2011, p. 439). Ou seja, agora a prioridade é que a educação forme indivíduos polivalentes, capazes de transitar por todas as etapas do processo de produção, além de garantir que o resultado final mantenha os lucros do capital.

Essa nova de educação defende a ideia do indivíduo está sempre em busca dos cursos e formação que o mercado de trabalho tem abertura, tratando de uma “pedagogia da exclusão” (Savianni, 2011, p. 431), que na verdade se manifesta como garantia de continuidade da ideologia capitalista na preservação por sua hegemonia. Para Saviani (2011), essa pedagogia “Trata-se de preparar os indivíduos para mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição” (Savianni, 2011, p.431).

A pedagogia da exclusão tem como intuito enfatizar que o indivíduo é o único responsável por se tornar empregável, mascarando todo o aparato ideológico presente nessa afirmação e alienando a classe trabalhadora quanto à compreensão da real crise da empregabilidade na sociedade capitalista. Nesse sentido, a escola não se trata de um processo de produção de conhecimento, mas sim da reprodução do conhecimento de mercado, com um conteúdo desprovido de criticidade, que visa formar os alunos para serem facilmente moldados às novas ordens e reproduções do mercado.

Dessa forma, não é segredo que o papel da educação nessas teorias sempre esteve voltado para o desenvolvimento do setor econômico. Nas concepções citadas, a educação se estabelece como uma ferramenta de manutenção do controle do capital sobre a acumulação capitalista, na qual, direta ou indiretamente, tem se baseado na defesa dos direitos capitalistas e na luta para oferecer à classe dominante formas de manter-se no controle. Ou seja, essas teorias que atuam na educação de 1970 a 1990, em todas as suas facetas, tem sido prestado apoio ao capitalismo em todas as suas aspirações, através da formação de uma força de trabalho barata, conformada e altamente útil na perpetuação de seus valores e poder, conseguindo manter a estrutura social existente intacta.

Ramos (2002) afirma que essas concepções de educação têm sido defendidas nas reformas educacionais e curriculares em todo o mundo, seguindo as orientações dos organismos multilaterais, que têm sido um dos principais agentes do capital, atuando na manutenção e perpetuação da educação como meio de acumulação capitalista e voltado para o desenvolvimento econômico. Assim, os próprios professores têm sido condicionados a meros reprodutores das ideologias do capital nas novas políticas educacionais, colocando a educação como uma esfera conformista e reprodutora dessas ideias, distante de sua função real, que é estar a serviço da consciência crítica e revolucionária para superar a sociedade capitalista e transformar a realidade concreta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que várias décadas se passaram desde 1970, quando surgiu a TCH. No entanto, é relevante salientar que essa teoria tem evoluído em diferentes aspectos, como na teoria tecnicista e posteriormente na teoria neotecnicista, sempre propagando seus princípios mercadológicos para a educação. Ao longo dessas décadas, a educação continua, direta ou indiretamente, formando mão de obra barata e conformada ao sistema atual. A TCH e suas vertentes têm construído, através da educação, um indivíduo útil para a acumulação de capital e alienado diante das relações de pobreza e desigualdade que existem no sistema. Essas teorias educacionais têm contribuído para a perpetuação do sistema capitalista, atribuindo à educação a função de servir aos interesses econômicos de acumulação e manutenção do status quo, sendo influenciada pelos padrões do mercado capital, adaptando-se aos seus princípios de produtividade e competição, os quais mantêm o indivíduo conformado com o sistema capitalista atual.

Concluimos assim que é muito necessário o rompimento desse ciclo de teoria capitalista da educação. Precisamos buscar uma educação que tenha como prioridade a emancipação do indivíduo e de sua perspectiva sobre a realidade, rompendo com os mecanismos de adaptação que impede que o indivíduo lute por emancipação longe dos interesses da classe dominante.

Portanto, concluimos que é de extrema importância quebrar esse ciclo da teoria capitalista da educação. Devemos buscar uma educação que priorize a emancipação do indivíduo e sua perspectiva em relação à realidade, rompendo com os mecanismos de adaptação que impedem que o indivíduo lute pela sua própria emancipação, indo além dos interesses da classe dominante.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Antônio José Lopes. A determinação onto-societária no ato de educar. **Verinotio Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 1, p. 12-12, 2004. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/42>. Acesso em: 09 de jun de 2023.

ACÁCIA, Kuenzer. **Ensino de 2º grau: O trabalho como princípio educativo**. 3edª. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Celso. **Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender**. Artmed Editora, 2009.

FRERES, Helena de Araújo; JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Da teoria do capital humano à teoria do capital social: rebatimentos das políticas neoliberais sobre a educação no atual momento histórico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 16 a 19 maio 2011, Vitória (ES). **Anais...** Vitória (ES), 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38910>. Acesso em: 12 de abril de 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 4ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MÉSZAROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educação e sociedade**, v. 23, n. 80, p. 401-422, 2002. Disponível em:

<http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/mariseramos.pdf>. Acesso em: 31 de outubro de 2022.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **As idéias pedagógicas no Brasil entre 1969 e 2001: configuração da concepção pedagógica produtivista**. In: História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

SILVA, Edilaine Cristina da; LENARDÃO, Edmilson. Teoria do capital humano e a relação educação e capitalismo. **Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas SEPECH–Universidade Estadual de Londrina**. Londrina/PR, 2010.

Disponível em:

https://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoria_do_capital_humano_e_a_relacao_educacao_e_capitalis